

## Conferências: Termômetros do diálogo sociedade civil – governo

Os informes que chegam à Secretaria da AMB sobre os processos estaduais das conferências de políticas para mulheres e de direitos humanos revelam algumas tensões na relação entre sociedade civil e governo.

Em **Roraima**, a tentativa de não conceder a palavra a representantes de organizações de mulheres e sindical, na abertura da conferência de direitos humanos (dia 19), é um exemplo. Ocorrências semelhantes, na abertura de conferências em outros estados, foram superadas com a mesma firmeza das militantes Nelita Frank (Núcleo de Mulheres de Roraima) e Andréa Vasconcelos (CUT).

De um lado, esses fatos revelam uma prática de cerimonial baseada na falta de reconhecimento de autoridades da sociedade civil. De outro, nos fazem pensar que a valorização dessa participação nos processos das conferências poderá renovar esta relação Sociedade-Estado e contribuir para a transformação de nossa cultura política e para o avanço da democracia entre nós.

### Conferência cancelada

Depois dos obstáculos enfrentados pelo movimento de mulheres no **Ceará**, sobretudo na região do Cariri (AE 79), em **Santa Catarina** o governo estadual decidiu cancelar a conferência de políticas para mulheres, alegando falta de recursos. Diante do cancelamento da conferência, que deveria ter acontecido esta semana (24 e 25), os movimentos feminista e de mulheres realizaram protesto e reivindicaram uma audiência com o governador. Recebidas pelo vice, as mulheres conseguiram do governo estadual o compromisso de realizar a conferência em outra data, que será definida hoje (25), na audiência das organizações do movimento de mulheres com o governador.

Em levantamento da coordenação executiva da AMB, no início deste mês, **São Paulo** era o estado com mais problemas no processo da conferência de políticas para mulheres, ainda que contando com uma comissão organizadora formada por 40 pessoas e paritária. Entre as dificuldades criadas pelo governo estadual, estava a falta de financiamento de delegadas que sairão dos municípios para a conferência estadual, dias 29 e 30 de maio.

Felizmente, esses exemplos não representam o que vem prevalecendo. As conferências vem sendo espaços para o acordo entre sociedade e governo, de fortalecimento político das entidades e movimentos, e também o espaço de mudar mentalidades com relação aos problemas sociais e aos direitos da cidadania. Além disso, cumprem um papel importante na agenda política do controle social, oferecendo um instrumento político de pressão nos níveis municipal, estadual e nacional.

Em **Pernambuco**, entre as propostas aprovadas na conferência de Direitos Humanos, estão: 1) que o Brasil tenha posição crítica frente ao rumo dos acordos internacionais de comércio (ALCA e OMC) e de salvaguarda dos DH neste âmbito; 2) descriminalização do aborto; 3) combate às condições de pobreza que favorecem a morbi-mortalidade materna; 4) e que a implantação de empreendimentos econômicos esteja condicionada a relatório de impacto favorável sobre os DH da população atingida.

## Cairo + 10 RSMLAC monitora direitos reprodutivos e direitos sexuais

A Rede Feminista de Saúde (RFS) realizou ontem, em Brasília, o Seminário "Conversando com o governo brasileiro sobre o Monitoramento da Plataforma de Ação do Cairo, onde serão apresentados às autoridades do governo os resultados do monitoramento das recomendações da Plataforma de Ação da Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994).

O monitoramento, promovido pela Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe (RSMLAC), foi realizado desde 1995. No Brasil, esteve à frente a Rede Feminista de Saúde.

A ação revelou que as recomendações da Conferência do Cairo foram razoavelmente implementadas em nosso país, conforme assinalou a RFS. Frente aos resultados, verificam-se avanços no campo dos marcos jurídicos, mas também contata-se que - apesar do inegável preparo da capacidade institucional, em todas as áreas monitoradas - esta ainda se apresenta aquém das necessidades.

Entre os eixos do monitoramento estavam: violência sexual contra meninas, responsabilidade masculina em saúde reprodutiva, participação de mulheres organizadas em instâncias de decisão, acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, qualidade de serviços em saúde reprodutiva, atenção humanizada ao aborto inseguro e assistência à pessoa vivendo com HIV.

### Solenidade

No próximo dia 27, será a vez do governo brasileiro focar o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna. A solenidade será promovida pelo Ministério da Saúde, em Brasília.

### Mortalidade materna: pauta para diretrizes de políticas para mulheres

Apesar das altas taxas de mortes maternas nos países pobres e em desenvolvimento, o fato ainda não é reconhecido pelos governos desses países como um grave problema de saúde pública. Este é o alerta que a Rede Feminista de Saúde faz neste 28 de maio – Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher.

Segundo dados divulgados no último boletim da Rede, enquanto nos países desenvolvidos a taxa de mortalidade materna é de uma morte a cada 10 mil casos de mulheres que sofreram complicações na gravidez, no parto ou no período pós-parto, este número é 1 para 20 casos, nos países em desenvolvimento. Nesses, também encontramos uma maior incidência de mortalidade materna entre as mulheres negras.

No Brasil, a Área Técnica de Saúde da Mulher do Governo Federal elaborou – em parceria com a sociedade civil – o Pacto Nacional pela Resolução da Mortalidade Materna e Neonatal. O Pacto, firmado este ano, reconhece a mortalidade materna como violação dos direitos humanos das mulheres e como um problema que deve ser enfrentado com a participação da sociedade civil, onde estão os movimentos de mulheres, feministas e os demais movimentos sociais que lutam em defesa dos direitos humanos.

Num contexto de preparação de conferências nacionais – de Políticas para Mulheres e de Direitos Humanos – coloca-se como prioridade a inclusão do enfrentamento da mortalidade materna, tanto entre as diretrizes do Plano que sairá da I CNPM, como entre os direitos reprodutivos a serem assegurados no Sistema Nacional de Direitos Humanos, que deverá ser formulado na IX Conferência Nacional de Direitos Humanos. (fonte: RedeFax maio/04)

### Curso em Direitos Humanos

Será realizado de 01 de julho a 31 de agosto próximo o Curso à Distância: Utilização do Sistema Interamericano para a proteção dos direitos humanos das mulheres. As inscrições vão até 04 de junho.

As interessadas devem se inscrever para a seleção de participantes do curso em [www.iidh.ed.cr/CursosIIDH](http://www.iidh.ed.cr/CursosIIDH). Para mais informações, escrever para: [c.distancia@iidh.ed.cr](mailto:c.distancia@iidh.ed.cr).

### CONtextos

Anexamos a carta pública dirigida ao presidente Lula por diversas organizações de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, no último dia 23. Às vésperas do lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, as organizações LGBT exigem o fim da discriminação nos discursos de autoridades governamentais.

No segundo arquivo, o boletim da organização Católicas pelo Direito de Decidir, que afirma a importância do Estado laico.

### Pobreza entre as mulheres

A comissão da Câmara de Deputadas/os que discute a pobreza entre as mulheres definiu uma agenda de audiências públicas regionais, que acontecem até meados de junho.

Criada no final de 2003, a comissão é um dos espaços importantes de debate sobre a pobreza, neste período que antecede a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, onde serão discutidas e aprovadas diretrizes de políticas para enfrentar o problema.

No início do mês, a comissão ouviu representantes de movimentos de mulheres e pesquisadoras/es, numa audiência que discutiu sobre “como investigar a pobreza e a desigualdade, considerando gênero e raça”.

Até o final de junho, estão previstas quatro audiências públicas regionais, além de encontros da comissão com grupos específicos de mulheres, incluindo trabalhadoras do mercado informal. Ao final, a comissão pretende apresentar um diagnóstico e um levantamento da legislação que propõe o enfrentamento da pobreza em diversas áreas, a exemplo da saúde.

Serão realizadas audiências públicas regionais: no **Sudeste**, dia 28 deste mês (São Paulo) e no **Nordeste** dia 04 de junho (Salvador). Dia 7 de junho, na região **Centro-Oeste** (Cuiabá) e dia 17 de junho na região **Norte** (Belém).

Para mais informações, entrar em contato com a deputada Luci Choinacki, relatora da Comissão: [dep.lucichoinacki@camara.gov.br](mailto:dep.lucichoinacki@camara.gov.br).

### Homenagem a Sílvia Pimentel

O Comitê Latino-americano e do Caribe (Cladem) lança dia 28, em São Paulo, as publicações “Direitos Sexuais, Direitos Reprodutivos, Direitos Humanos...” e “Cidadania e Direitos em uma nova era: os direitos econômicos e sociais das mulheres como desafio”.

No lançamento, será homenageada a jurista e feminista Sílvia Pimentel. Sílvia acaba de ingressar no conselho honorário consultivo do Cladem e está sendo indicada pelo governo brasileiro ao Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (Cedaw) da ONU. Além de professora da PUC, Sílvia foi uma das fundadoras do Cladem, estando atualmente à frente da coordenação do Cladem-Brasil.

Nossas congratulações a Sílvia Pimentel por sua trajetória e pela contribuição ao feminismo brasileiro e latino-americano.